

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.220 - PE (2019/0023151-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO**
ADVOGADO : **THIAGO CORDEIRO BRASILEIRO E OUTRO(S) - PE024222**
RECORRIDO : **HIPOLITO JOSE DA SILVA**
ADVOGADO : **JÚLIA CAROLINA SANTOS DE ARAUJO E OUTRO(S) - PE031379**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. MARCO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Companhia Pernambucana de Saneamento, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça de Pernambuco assim ementado (e-STJ, fl. 149):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL RECONHECIDA EM AÇÃO ANTERIOR. DANO MORAL PLEITEADO. PRESCRIÇÃO. PRAZO DE CINCO ANOS. INÍCIO DA FLUÊNCIA PELO CONHECIMENTO DO DANO E DE SUA AUTORIA. CUMULATIVAMENTE DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. APELO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Estabelece o CDC, no seu art. 27, a prescrição em cinco anos para a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem a partir do *conhecimento do dano e de sua autoria*.
2. Pela dicção da norma, o conhecimento do dano e o conhecimento da autoria são requisitos cumulativos para o início da fluência do lapso prescricional.
3. No caso dos autos, juiz decretou a prescrição do feito uma vez que o autor da ação em posse de laudo técnico de engenheiro civil pleiteara a indenização de dano material por fato ocorrido há mais de cinco anos.
4. Ocorre, entretanto, que a informação disponível para o autor indicava que a Compesa poderia ser a responsável pelo dano, caso a água que estivesse prejudicando a estrutura fosse encanada. Havia também a possibilidade real, reconhecida por engenheiro civil habilitado, da água pluvial ser o agente causador do evento.
5. Ajuizamento da ação de dano material que não induz de o conhecimento da autoria do dano nos per si termos do art. 27 do CDC, uma vez que remanesciam informações conflitantes sobre o

agente causador do dano. Apenas o laudo judicial veio a confirmar que a água clorada da Compesa provocou o prejuízo. A presente ação foi proposta em menos de cinco anos da data deste estudo técnico por perito do Juízo, portanto, em tempo hábil.

5. Apelo conhecido e provido, retorno dos autos à primeira instância para sua regular tramitação. Afastada a prescrição da pretensão indenizatória.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou violação ao art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

Argumentou que o recorrido tinha plena ciência do dano e da autoria em 2011, com a emissão do parecer técnico do engenheiro, tanto que ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com danos materiais.

Buscou, assim, o reconhecimento da consumação da prescrição da ação de indenização de danos morais proposta apenas em 2/11/2016.

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante ao marco inicial da contagem do prazo prescricional e à ciência inequívoca do dano causado no imóvel do recorrido, constata-se que o Colegiado estadual adotou os seguintes fundamentos para anular a sentença e determinar a baixa dos autos para o prosseguimento da tramitação do feito (e-STJ, fls. 145-147 - sem grifos no original):

Contudo, Laudo de Engenheiro Civil devidamente habilitado da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Caruaru (id 4091016 p. 01) concluiu em 08/12/11:

A presença da água no subsolo do imóvel é o agente causador das patologias na estrutura, as que estão referidas no anexo I. Nessa vistoria, observou-se também, que a água que surge do subsolo não tem aspecto de águas servidas, oriundas de tubulação de

esgotamento sanitário, e sim de água para abastecimento ou água pluvial. **Não poderia descartar a possibilidade de ser água infiltrada de chuva, pois o terreno da casa encontra no declive, não se conhece as disposições das camadas do solo e o tempo que ela levaria para surgir em outro local**, porém, faz tempo que não se tem chovido o suficiente para isso.

Na entrevista com o solicitante e dono, soube-se que quando há falta de água, no sistema de abastecimento, o piso e as paredes da água, atingidas pela capilaridade, ficam com o teor de umidade reduzido, com aspecto normal. **Durante a vistoria não dá para identificar onde está a origem da presença d'água.**

O técnico destaca que o dano tem origem ou de água pluvial ou da água encanada que atravessa área. Portanto, não fica demonstrado definitivamente quem seria o autor do dano. Tanto poderia ser responsável a Compesa (por isso o engenheiro sugere realização de estudo de equipe técnica da Companhia), como a Prefeitura, vizinhos ou o próprio autor da ação se a água pluvial estivesse na origem do problema.

Apenas em 30/05/13, o perito judicial vaticinou peremptoriamente a responsabilidade da Compesa pelo dano (id 4091020 - Pág.02/03), nos seguintes termos: "3.1) A casa do autor encontra-se em colapso e é irrecuperável pois os danos são generalizados incluindo inclusive a fundação. 6,2) A Compesa fez teste de cloro na água, no momento da Perícia, na presença de todos, inclusive do Perito e constatou que a água era clorada e não era servida, configurando água fornecida pela Ré."

O art. 27 do CDC estabelece a prescrição em cinco anos para a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir **do conhecimento do dano e de sua autoria**. Tendo a autoria sido sedimentada em maio de 2013, pouco importa para a fluência do prazo prescricional a existência de meros indícios de que a Compesa a fosse responsável.

Uma vez que a presente ação foi ajuizada em novembro de 2016, não se encontra prescrita, pois a autoria do dano ficou demonstrada em maio de 2013. O fato de o autor ter processado a empresa não demonstra de que esta seria a responsável pelo dano, eis que a ação se fundou da possibilidade da Compesa ter per si lesado o consumidor, o que só foi confirmado com o laudo pericial.

Como se depreende das razões do acórdão recorrido, o Tribunal de origem consignou expressamente que "a autoria do dano ficou demonstrada em maio de 2013", com o laudo emitido pelo perito judicial (e-STJ, fl. 146).

Nesse contexto, concluiu pelo afastamento do julgamento antecipado acerca da decretação da prescrição da pretensão reparatória por danos morais, entendendo, assim, pela necessidade de devolução dos autos à primeira instância para o prosseguimento do feito.

Dessa forma, não há como dissentir da conclusão alcançada quanto à ausência de ciência inequívoca do recorrido sobre a autoria do dano antes de 2013 sem reexaminar o conjunto probatório, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

